

Conjeturas sobre um plano

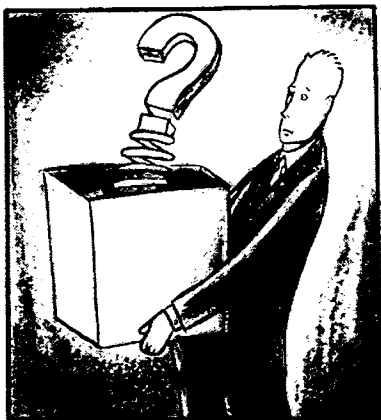
Nunca, certamente, se comentou tanto no Brasil um plano econômico ainda desconhecido em seus pormenores e, ademais, negado pelo próprio presidente da República, como o "Plano Haddad". Esse fato oferece vantagens e inconvenientes. Estes decorrem do fato de se especular sobre o que poderá vir depois. Quanto às vantagens, o Executivo poderá avaliar por antecipação a reação às medidas que planeja. Não se deve estranhar que o sr. Itamar Franco tenha negado a existência de um Plano que não lhe foi apresentado; ele não está pronto!

Entre as providências que poderiam estruturar basicamente o novo programa econômico, quatro merecem atenção: corte nos gastos orçamentários, redução do montante da dívida interna, ampliação do prazo dos títulos desse débito e criação de uma "âncora" cambial.

Seguramente, a maior preocupação deve recair sobre a primeira. O ministro Paulo Haddad conta, para atenuar o montante da dívida interna, com uma parcela importante da arrecadação do IPMF (o equivalente a US\$ 4 bilhões). Trata-se de um tributo, ainda não definitivamente aprovado, que exigirá a votação de uma lei complementar capaz de levar à redução das receitas previstas. Pode-se, pelo menos, ter a certeza de que não se chegará ao valor calculado para a diminuição da dívida interna. O alongamento dos títulos da dívida interna constitui uma exigência desde que se pretenda reduzir a taxa de juros. Para tanto, o governo lançaria mão das reservas internacionais dadas, de um modo ou de outro, em lastro. Trata-se de objetivo louvável e de efeitos atingíveis, o que per-

mitiria aliviar os gastos da União com o serviço da dívida interna. No entanto, sabendo-se que as reservas disponíveis para o oferecimento de lastro são insuficientes para cobrir toda a dívida federal (ainda menos aquelas dos Estados e municípios), teremos, ao lado da "boa dívida", a "má dívida", o que cria um grave problema. Não nos parece justificada a preocupação do governo diante da sua intenção de alongar compulsoriamente os seus títulos: o ministro Haddad está ciente de que não pode recorrer a medidas compulsórias, sabendo também que deverá honrar seus compromissos no que respeita a outras formas de aplicações (fundo de commodities, DER etc...).

A questão mais delicada envolve a utilização do dólar como "âncora" (o que não pode ser confundido com uma dolarização...). A taxa do dólar poderia ser fixa (após desvalorização...) ou prefixada, procurando-se assim forçar os preços internos a acompanhar suas flutuações (o que representaria o lado heterodoxo de um plano que se pretende ortodoxo). O certo é que, qualquer que seja a opinião do presidente Itamar Franco, se impõe ao governo definir, o mais breve possível, os rumos da sua política.



27 FEV 1993
ESTADO DE SÃO PAULO